

Elogio da imperfeição

In Praise of Imperfection

Márcio Silveira Lemgruber

mslemgruber@gmail.com

PPGE UNESA

Resumo

Este artigo é fruto de uma palestra proferida no I Seminário de Estudos Éticos e Retóricos em Educação. Seu título – Elogio da Imperfeição – aponta para a crítica de concepções de razão e de verdade que atravessam a história, tentando estabelecer balizamentos confiáveis entre o que é verdadeiro e o que é falso, nos mais distintos campos do saber. Quando conseguem formalizar plenamente uma área do conhecimento, como na matemática, na geometria, ou na lógica formal, produzem formidáveis sistemas exatos que nos conduzem, milenarmente, a conclusões necessárias. O problema discutido se dá quando se pretende seu alargamento no sentido de abranger todo o território da vida humana. É em relação a essas questões que escapam às blindagens formais, que se faz necessário adotar uma racionalidade argumentativa, que comporte a concretude e a temporalidade. Tais índices de imperfeição serão abordados em sua positividade, ou seja, como elementos instigadores de visões setoriais e plurais, estimuladores de visões epistemológicas mais abrangentes. Para tanto, buscarei construir um texto dialogando com algumas leituras que me marcaram, de áreas tão diversas quanto a filosofia, a astrofísica, ou a literatura.

Palavras-chave: Retórica; Teoria da Argumentação; Perfeição; Imperfeição.

Abstract

This article is the result of a lecture given at the First Seminar on Ethical and Rhetorical Studies in Education (*I Seminário de Estudos Éticos e Retóricos em Educação*). Its title – *Elogio da Imperfeição* (in Praise of Imperfection) – discusses the criticism on the concepts of “reason” and “truth” adopted throughout History, trying to establish reliable groundings between what is true and what is false, in the most different fields of knowledge. When they are able to formalize a full field of knowledge, as in mathematics, geometry, or formal logic, they produce formidable exact systems, which have led us, for ages, to the necessary conclusions. The problem discussed arises when we extend them to include the whole human life issues. In this case, strict formal analysis should not be used; and, thus, argumentative rationality should be adopted, instead, to encompass concreteness and temporality. Such levels of imperfection are addressed in their positivity, i.e. as instigating elements of sectorial and multiple visions, stimulating broader epistemological views. For that purpose, I have tried to create a text which dialogues with other readings that have impacted my life, from different areas such as philosophy, astrophysics or literature.

Key words: Rhetoric; Theory of Argumentation; Perfection; Imperfection.

O presente título - Elogio da Imperfeição - soa para mim como uma espécie de revanche. Gostaria de ter nomeado o livro *Teoria da Argumentação e Educação*, que organizei com Renato José de Oliveira, com essa expressão. Porém, os editores entenderam que ela não ficaria bem em um livro. Alegaram que afastaria os interessados, que não comprariam algo que alardeasse um defeito, ao se autoproclamar “elogio da imperfeição”. Entretanto, eu via – e ainda vejo – uma positividade na aludida imperfeição. Ou, ainda mais, uma positividade na crítica à ideia de perfeição.

Buscarei construir um texto dialogando com algumas leituras que me marcaram, de áreas tão diversas quanto a filosofia, a astrofísica, ou a literatura. A partir delas, visitaremos algumas concepções de perfeição e imperfeição.

A humanidade sempre buscou uma instância de conforto diante das situações imprevistas e violentas que a natureza lhe apresentava. Por meio de rituais, ela buscou conexões com seres superiores, no sentido de amenizar as dificuldades enfrentadas. Desde sempre, percebeu sua fragilidade diante da magnitude do mundo e apelou para proteção sobrenatural, tecendo narrativas mitológicas de seu lugar no mundo e das possibilidades de conhecê-lo.

Milênios, centenas de milênios depois, a par com as representações míticas, na Grécia Antiga, inventa-se o logos, a palavra/razão para nomear e explicar o mundo. Inauguram-se tradições que serão fundantes de duas vias para tal explicação: a partir da matéria que o constitui e das relações matemáticas que poderiam acessar a verdade. Inicia-se a busca milenar pelo código oculto da natureza, com a filosofia da *physis*: o encantamento jônico de julgar haver desvendado a natureza última da realidade, saber do que é constituída, qual a sua matéria fundamental. Algo ambicioso, a tentativa de uma explicação final, para além da diversidade presente no mundo sensível. Diversos elementos, como a água, a terra, o fogo e o ar, foram arrolados por diferentes filósofos para ocupar esse lugar.

O passo decisivo rumo à ideia de perfeição é dado quando ela não é mais buscada nos elementos do mundo físico, mas numa instância metafísica da qual a realidade em que vivemos seria tão somente um reflexo decaído. É assim que Parmênides de Eléia inaugura uma fortíssima tradição na filosofia ocidental, a concepção dos dois mundos: para além do mundo sensível em que vivemos, concebe o Ser perfeito, eterno, imutável, incorruptível, infinito.

A concepção parmenídica dos dois mundos foi consolidada e ampliada nos *Diálogos* de Platão. Sua metafísica desqualifica aparência e opinião. Seus pares opostos - essência e verdade - são valorizados. Quanto à oposição essência x aparência, o mundo das ideias é constituído de essências, formas perfeitas das coisas que, aqui na vida terrena, se manifestam corrompidas. O preço da contingência é a perda da perfeição, que só pode se sustentar num plano ideal. O conhecimento superior é o abstrato, as formas puras sem a contaminação da concretude. Perfeição e beleza como verdade.

Herança pitagórica, a razão que dá acesso às essências é a razão demonstrativa, que se expressa por excelência na matemática e na geometria. Parece que isso se confirma se pensarmos que, passados cerca de dois mil e quinhentos anos, um pesquisador de um centro de matemática pura, diante de seu *lap top* de ultimíssima geração, ainda considera o teorema de Pitágoras uma verdade. Ele parece blindado ao tempo e à diversidade das culturas que o hospedam. Exatidão é perfeição, ou, a perfeição é exata.

O refúgio da perfeição é a imaterialidade. O mundo físico é uma distorção, nossos sentidos podem nos iludir. É preciso desconfiança, manter num plano de inferioridade a aparência sob a essência. Apenas através da razão necessária é que podemos encontrar a essência da realidade, que se expressa nas formas geométricas, nas relações e proporções matemáticas. Essa razão tão pura não comporta a racionalidade argumentativa, que vem maculada de contingência.

Ao longo dos séculos, essa matriz epistemológica, em vez de estimular, torna-se uma camisa de força que impede novas descobertas. Com a cristianização do platonismo, é considerada divina. Ou melhor, a divindade, se expressa por meio de uma linguagem perfeita. Para o físico Marcelo Gleiser, “Se nossa premissa é que a Criação é obra de um Deus racional, a matemática passa a ser a ferramenta que nos permite desvendar os seus segredos e, assim, estabelecer uma união com o Criador.” (GLEISER, 2010, p. 49).

O homem que, segundo Montaigne, é incapaz de construir um inseto, mas inventa deuses às centenas, cria, também, diversas metáforas para eles, de acordo com distintos modelos de perfeição. O deus geômetra é atualizado, na modernidade, como o deus relojoeiro. A nova metáfora lembra a perfeição do cosmo como o funcionamento regular e contínuo de um mecanismo, inspirado nas maquetes dos astros (geo ou heliocêntricas), conhecidas como planetários, construídas por artesãos relojoeiros.

O céu de Ptolomeu dava lugar, com muita resistência, ao céu de Copérnico. Havia um radical reordenamento, mas a perfeição continuava imperando no cosmos. Astros esféricos,

órbitas circulares, regularidades nas estações, previsibilidade de eclipses, etc. A perfeição como condição, pois, se tratando de obra do Criador, o cosmo tem que cumprir os desígnios da inteligência superior.

No ano 1609, entretanto, a astronomia se depara com a imperfeição onde ela não poderia estar. Galileu Galilei, graças à utilização do telescópio, a vê no mundo supralunar. Que ela existia aqui, no mundo sublunar, era evidente, mas lá não caberia. Por isso, Galileu não poderia ter visto o que viu, como as crateras nos astros. No mesmo ano, Johannes Kepler demonstrava que Marte gira em torno do Sol em uma órbita elíptica, o que, posteriormente, estendeu aos demais planetas, incluindo a Terra. Antes que se pergunte qual o problema em se descrever órbita elíptica, é preciso ter em mente o que significou o círculo – venerado, pela sua completa simetria, como a mais perfeita das formas - deixar de ter um papel essencial na astronomia. Foi reconhecer que os céus, definitivamente, também eram imperfeitos.

Marcelo Gleiser comenta a respeito de Kepler, de quem se confessa um grande admirador:

É irônico que justamente o homem que tanto amava a simetria acabasse provando que o círculo – a mais perfeita das formas – não tinha papel central na astronomia... a estrutura do cosmo deixou de ser um sonho humano e passou a ser uma realidade científica, imperfeita e assimétrica. A lição que aprendemos é tão simples quanto essencial: para nos aproximar da verdade, muitas vezes temos que abandonar nossos sonhos de perfeição. (GLEISER, 2010, p. 67).

Em *Criação (Im)Perfeita*, Gleiser conta sua trajetória como pesquisador, durante muitos anos, buscando a teoria da unificação, que explicasse o funcionamento de tudo no Universo. Contudo, hoje, afirma que “a noção de que existe uma estrutura hipermatemática que determina tudo o que existe no cosmo é uma ilusão platônica (e spinoziana) que não tem qualquer relação com a realidade.” (GLEISER, 2010, p. 218). Essa virada, segundo ele narra, ficou marcada num dia quando,

Pela primeira vez na vida, vislumbrei o mundo com os olhos bem abertos, sem uma teoria preconcebida para guiar meus pensamentos. Vi que as árvores nunca se bifurcam de forma perfeita, que as nuvens não são esféricas, e que as estrelas se distribuem no céu noturno sem qualquer padrão aparente. Entendi que a ordem que impomos na Natureza é a ordem que tanto queremos na nossa vida. (GLEISER, 2010, p. 216).

Gleiser conclui que o que possibilita a existência do universo e da vida são desequilíbrios, assimetrias, mutações aleatórias...

Mas, a imperfeição também tem sua história. Voltando à Grécia Antiga, vamos visitar o já anunciado segundo par de opostos que, também, é constitutivo do pensamento ocidental: “verdade x opinião”. Ele tem uma relação forte com o par, já visitado, “essência x aparência”. Para a tradição hegemônica, essência é verdade. Contudo, havia os que se contentavam com uma racionalidade que comportasse verdades estabelecidas por acordos humanos, sujeitas a alterações. Eram retóricos e sofistas, professores profissionais, remunerados por suas aulas (acusados, até hoje, em manuais de filosofia, como mercenários). Bastava-lhes o verossímil, o plausível. Trabalhavam com uma razão imperfeita, que fala a língua dos homens, que introduz o “depende” no discurso filosófico, insuportável para o racionalismo que se pretende universal e eterno. “Depende”, porque percebe como produtos culturais a educação, a religião, os valores morais e éticos, a política, a estética. A pergunta “O que é a beleza?” deixa de ter a resposta necessária, correspondente a sua essência. O preço pago foi - e continua a ser - a acusação de relativismo. É a ela que Umberto Eco se contrapõe, na introdução de sua *História da Beleza*: “nosso livro poderá ser acusado de relativismo, como se quisesse dizer que aquilo que é considerado belo depende da época e da cultura. É exatamente isso que se pretende dizer.” (ECO, 2007, p. 14). A racionalidade argumentativa se sabe cultural, como na proposição de Protágoras de que “o homem é a medida de todas as coisas”. É possível acusá-la de relativista, se é interpretada tendo-se por referência o individual. Entretanto, se entendemos “o homem” como a humanidade, como seu meio cultural, apontamos para o que Clifford Geertz chamou de saudável “relativo relativismo”.

Se avançarmos nossa brevíssima história da imperfeição para próximo de onde deixamos nossa história da perfeição, ou seja, o ano 1609, podemos recuar um pouco e observar um homem que lê e escreve, na torre de um castelo, no sul da França. Trata-se de Michel de Montaigne, que revisa seus manuscritos, para uma nova edição dos *Ensaio*s.

Por que Montaigne como um índice da imperfeição? Sobretudo, pelo lugar do saber em que se coloca. Os filósofos, ao escreverem suas *Confissões* ou *Memórias*, geralmente, explicitam o compromisso de dizer tão somente a verdade, de mostrar o seu verdadeiro eu. Montaigne, ao contrário, sabe-se um sujeito cindido: “somos, não sei como, dois seres em um só, o que faz que, em uma mesma coisa, acreditemos e não acreditemos, não podendo desfazer-nos do que condenamos” (MONTAIGNE, 1996, vol. II, pág. 13). Assim, como prometer se apresentar verdadeiro quando não o consegue sequer para si mesmo? Expondo-se como dificilmente um filósofo ou escritor já o fizera, Montaigne

escancara sua intimidade, expondo desde as dificuldades na vida conjugal, o declínio de sua vida sexual, até manias e defeitos os mais comuns, como a inveja dos vizinhos, ou sua tão proclamada preguiça. Mas é exatamente com isso que ele nos cativa, pois, no que escreve de si, identificamos nossas próprias limitações e dificuldades. Temos a sensação de estar em linha direta com alguém que, apesar da imensa distância no tempo, parece se dirigir particularmente a cada um de nós. (LEMGRUBER, 2012, p. 3)

A imperfeição perpassa também seus *Ensaio*s na abordagem culturalista descentrada que relativiza seus próprios costumes. Impressiona-me sua coragem em afirmar que nascemos cristãos, assim como nascemos alemães ou perigordinos. É subordinar a religião ao meio cultural, em plena guerra religiosa extremamente sangrenta. Enquanto em Paris acontecia o massacre da Noite de São Bartolomeu – lembra-me o filme *Rainha Margot* – Montaigne, em Bordeaux, escrevia que os espanhóis eram os verdadeiros bárbaros, ao exterminarem os astecas, em nome do cristianismo.

Apesar da distância de uma filosofia primeira, assentada em certezas iniciais e, por dedução construindo um sistema perfeito, ele, que trabalha com a racionalidade argumentativa, tem a retórica em péssimo conceito. Não se cansa de manifestar, ao longo dos *Ensaio*s, seu desprezo pelas escolas de retórica que primavam pela prolixidade, maneirismo, pelo esbanjamento de fórmulas servis. Montaigne lamenta que tivessem perdido o princípio de que falar bem é bem argumentar, da tradição clássica, reduzindo a retórica a um fichário de chavões: “Abaixo a eloquência que atrai a nossa atenção para ela mesma e não para seus temas.” (MONTAIGNE, 1996, vol. 1, p. 231).

Essa crítica ao ensino voltado para a memorização de formulas artificiais, como um fim em si mesmo, sem preparar para a vida e seus dilemas éticos, vai se manifestar também em relação à educação das crianças. Um dos dois capítulos mais especificamente pedagógicos dos *Ensaio*s se chama *Pedantismo*. O próprio título nos é uma boa pista. Recorro a Celso Azar Filho, quando alerta para a mudança de significados que, então, se dava:

... no francês médio, a denominação ‘pedante’ significava preceptor, mestre-escola, pedagogo, em suma, professor; se a língua francesa retém hoje apenas, como no português, o sentido pejorativo do termo, esta acepção começa a tomar forma no Renascimento – e no texto em questão podemos ver como isso aconteceu: pela reprovação do saber afastado da vida e das preocupações e necessidades cotidianas, e daí negligente com relação à sua dimensão moral ou à sua utilidade no aprimoramento da pessoa humana”. (AZAR FILHO, 2012, p. 108)

“Pedagogia pedante” degenerou na memorização de um imenso elenco de citações e regras rígidas de se expressar. O argumento de autoridade era a base desse ensino: “Sabem dizer ‘como observa Cícero’, ‘eis o que fazia Platão’, ‘são palavras de Aristóteles’, mas que dizemos nós próprios? Que pensamos? Que fazemos? Um papagaio poderia substituir-nos.” (MONTAIGNE, 1996, vol 1, p. 141). Lembra que “a esses sábios de pacotilha dá-se por brincadeira o apelido de ‘Lettreferus’ (ferido pelas letras), isto é, indivíduo que as letras atordoaram à maneira de uma martelada”. (Idem, vol. I p. 142)

Impossível não nos lembrarmos do mais sublime dos “lettreferus”, Dom Quixote, que perde o juízo de tanto ler os romances de cavalaria. É expressivo que, com tantos cavaleiros invencíveis, quem ficou para a história como um clássico, tenha sido justamente o cavaleiro da triste figura, com seus delírios e fracassos. Assim como em Montaigne, a imperfeição é o traço que os humaniza, mantendo-os atuais mesmo tanto tempo depois. Tal qual o Quixote, Michel de Montaigne parece um personagem de ficção. Cabe indagar: até que ponto aquela pessoa que aparece nos *Ensaios* é uma criação do escritor Montaigne, um personagem de si mesmo, para suportar a vida? Com certeza, o que ele não poderia suportar era que, por tudo isso, um dia, num século muito distante, seria considerado o patrono dos blogueiros.

É esse, para Todorov, o sentido da literatura: ajudar a viver, a nos aceitar, pelo conhecimento de outras pessoas, ainda que ficcionais. Ela tem o poder de produzir sentido, que nos afeta, pouco importando se Hans Castorp ou Riobaldo efetivamente existiram.

Outro escritor que me estimula a pensar sobre a tensão perfeição x imperfeição é Italo Calvino. Cada vez mais, ao ler suas obras, percebo – com a pista de seus próprios comentários em *Seis Propostas para o Próximo Milênio* – como sua escrita é atravessada por questões filosóficas, especialmente as relações essência e aparência, abstração e contingência. Há um trecho de *Cidades Invisíveis* que não consigo deixar de citar. Considero um brilhante exercício de redução, que me soa como um poema, o diálogo em que o imperador Kublai Khan e Marco Polo enfatizam, respectivamente, a abstração ou a concretude:

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

- Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.

A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco -, mas pela curva do arco que estas formam. Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:

- Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

- Sem pedras o arco não existe. (CALVINO, 2003, pág. 81)

Calvino toma o par de opostos abstração x contingência como uma tensão em que nenhum deles pode prescindir de seu oposto. Eis como se expressa a respeito, em *Seis Propostas para o Próximo Milênio*,

Na verdade, minha escrita sempre se defrontou com duas estradas divergentes que correspondem a dois tipos diversos de conhecimento: uma que se move no espaço mental de uma racionalidade desencorpada, em que se podem traçar linhas que conjugam pontos, projeções, formas abstratas, vetores de forças; outra que se move num espaço repleto de objetos e busca criar um equivalente verbal daquele espaço enchendo a página com palavras, num esforço de adequação minuciosa do escrito com o não-escrito, da totalidade do dizível com o não-dizível. São duas pulsões distintas no sentido da exatidão que jamais alcançam a satisfação absoluta: em primeiro lugar, porque as línguas naturais dizem sempre algo *mais* em relação às linguagens formalizadas, comportam sempre uma quantidade de *rumor* que perturba a essencialidade da informação; em segundo, porque ao se dar conta da densidade e da continuidade do mundo que nos rodeia, a linguagem se revela lacunosa, fragmentária, diz sempre algo *menos* com respeito à totalidade do experimentável. (CALVINO, 2005, p. 88)

Passei a notar a recorrência dessa discussão de fundo filosófico em sua literatura. Trago aqui uma ilustração. É do livro *Cidades Invisíveis*. Nele, Calvino toma a cidade como metáfora para exprimir a tensão entre a racionalidade geométrica e o emaranhado das existências humanas, Uma das cidades que Marco Polo descreve para Kublai Khan é Eudóxia, onde existe um tapete no qual se pode contemplar a verdadeira forma da cidade. Para além da confusão mundana da cidade, o tapete mostra que há um ponto no qual expõe suas verdadeiras proporções, o esquema geométrico implícito nos mínimos detalhes.

Sobre a relação misteriosa de dois objetos tão diferentes entre si como o tapete e a cidade, foi interrogado um oráculo. Um dos dois objetos - foi a resposta - tem a forma que os deuses deram ao céu estrelado e às órbitas nas quais os mundos giram; o outro é um reflexo aproximativo do primeiro, como todas as obras humanas.

Há muito tempo os profetas tinham certeza de que o harmônico desenho do tapete era de feitura divina; interpretou-se o oráculo nesse sentido, sem dar espaço para controvérsias. Mas da mesma maneira pode-se chegar à conclusão oposta: que o verdadeiro mapa do universo seja a cidade de Eudóxia assim como é, uma mancha que se estende sem forma, com ruas em ziguezague, casas que na grande poeira desabam umas sobre as outras, incêndios, gritos na escuridão. (CALVINO, 2003, p. 95)

Após reler o trecho supracitado, indago-me também: Qual seria a linguagem do criador, ou, da natureza? Quem garante que é a exatidão geométrica e não (ou também) a tortuosidade dos desequilíbrios e assimetrias? Afinal, desde o século XIX, com as propostas não euclidianas, a geometria passou a ser vista como produção humana. Deixou de ser um absoluto, passando a ser, tão somente, uma possibilidade de construção, como qualquer sistema inteiramente formalizado. Definitivamente, perdeu-se o aval de Deus como fiador da racionalidade, que se evidenciou humana, demasiadamente humana.

Quando penso que deveria haver uma advertência no sentido de que “o uso excessivo da perfeição pode trazer malefícios”, me vem à mente a discussão entre o Selvagem e Mustafá Mond, em *Admirável Mundo Novo*. Naquela nova sociedade, não há lugar para a tristeza, para a angústia. Qualquer contrariedade é imediatamente anestesiada por substâncias químicas, especialmente, por uma dose de “Soma”. Apesar disso, ou melhor, exatamente por isso, o Selvagem se rebela contra o sistema social perfeito do qual Mustafá Mond é alto dirigente.

– S.P.V.?

- Sucedâneo de Paixão Violenta. Regularmente, uma vez por mês, inundamos todo o organismo com adrenalina. É o equivalente fisiológico completo do medo e da cólera. Todos os efeitos tônicos de assassinar Desdêmona e de ser assassinada por Otelo, sem nenhum dos inconvenientes.

- Mas eu gosto dos inconvenientes.

- Nós, não. Preferimos fazer as coisas confortavelmente.

- Mas eu não quero conforto. Quero Deus, quero a poesia, quero o perigo autêntico, quero a liberdade, quero a bondade. Quero o pecado.

- Em suma - disse Mustafá Mond – o senhor reclama o direito de ser infeliz.

- Pois bem, seja – retrucou o Selvagem em tom de desafio. – Eu reclamo o direito de ser infeliz.

- Sem falar no direito de ficar velho, feio e impotente; no direito de ter sífilis e câncer; no direito de não ter quase nada que comer; no direito de ter piolhos; no direito de viver com a apreensão constante do que poderá acontecer amanhã; no direito de contrair febre tifoide; no direito de ser torturado por dores indizíveis de toda espécie.

Houve um longo silêncio.

- Eu os reclamo todos – disse finalmente o Selvagem. (HUXLEY, 2009, p. 366)

Nesse diálogo, chama-me especialmente a atenção, a surpresa do dirigente ao lidar com alguém que “reclama o direito de ser infeliz”. Mesmo com mais de 80 anos, o romance de Huxley é terrivelmente atual.

Seguindo o fluxo das ideias, a perfeição como assepsia me remete à *Ciranda da Bailarina*, música de Edu Lobo e Chico Buarque de Holanda, onde a crítica à perfeição é encarnada pela figura da bailarina: pura, imaculada, sem falta de maneira... sem namorado.

Procurando bem
Todo mundo tem pereba
Marca de bexiga ou vacina
E tem piriri, tem lombriga, tem ameba
Só a bailarina que não tem
E não tem coceira
Berruga nem frieira
Nem falta de maneira ela não tem

Confessando bem
Todo mundo faz pecado
Logo assim que a missa termina
Todo mundo tem um primeiro namorado
Só a bailarina que não tem... (HOLANDA e LOBO, 2011)

A razão asséptica, a “razão bailarina”, é monista, isto é, se basta, não é faltante. Porque trabalha com proposições necessárias, atinge a verdade, não admite réplicas. Quando há o necessário, não há escolha. “A vantagem dos monismos é fornecer, em cada domínio, uma concepção sistemática e racionalizada do universo em todos os seus aspectos, permitindo vislumbrar uma solução única e verdadeira para todos os conflitos de opinião e para todas as divergências”, afirma Chaïm Perelman, em *A Filosofia do Pluralismo e a Nova Retórica*, ensaio inédito no Brasil, que publicamos no livro já mencionado *Teoria da Argumentação e Educação*. Mas, aponta, também, sua desvantagem:

O inconveniente das ideologias monistas é favorecer um reducionismo às vezes difícil de tolerar. Quando não conseguem fazer prevalecer seus pontos de vista, podem justificar em nome de Deus, da razão, da verdade, do interesse do Estado ou do partido o recurso à coação e ao uso da força contra os recalcitrantes. Os que resistem devem ser reeducados e se não se deixarem convencer, devem ser punidos por sua obstinação e má vontade. (PERELMAN, 2011, p. 14)

Os diversos tipos de monismos - ontológico, religioso, axiológico, metodológico, sociológico e político - têm em comum o fato de trazerem como premissa uma superioridade, quer seja de um tipo de Ser, de uma crença, de um valor social, de um método, de um grupo social, de um partido político. Esse monopólio, por definição, da virtude e da verdade pode ser invocado para legitimar punições contra os que não se subordinam.

O preço de haver um gabarito é não haver espaço para o arbítrio. Se bem que no *admirável mundo novo* isso fosse visto como qualidade. Porque, onde há escolha, há imperfeição. Assim, a lógica do preferível, ao contrário da lógica do necessário, é, visceralmente, pluralista.

A razão argumentativa se constituiu no combate ao monismo metodológico, que sustenta que só há um método a seguir para atingir a verdade, o método demonstrativo, e que se deveria, em todos os domínios, procurar o mesmo gênero de certeza que aquela que procura o conhecimento matemático. Que fique bem claro que a crítica à razão demonstrativa não é pelo que representa em si, formidável criação humana, que garante a exatidão. Entendo que a *teoria da argumentação* combate é o expansionismo dessa razão, como se os diversos campos do saber se aperfeiçoassem à medida que se formalizassem. O império retórico, título de um livro de Perelman, é o vastíssimo território do que escapa à formalização matemática, aos processos dedutivos. É o emaranhado da existência humana onde o verossímil não se amolda à lógica binária do falso ou verdadeiro. O verossímil não exclui outros pontos de vista, condenando-os ao lugar do erro, mas convive com eles, em disputa. Ser pluralista, enfim, não é deixar de ter um ponto de vista, mas, como lembra Paulo Freire, não tê-lo como absoluto.

O risco de se chegar ao fanatismo na defesa da verdade foi denunciado por Umberto Eco, em *O nome da rosa*, através de uma fala de Frei William de Baskerville para seu noviço Adso de Melk, diante dos escombros da abadia incendiada:

O Anticristo pode nascer da própria piedade, do excessivo amor a Deus ou da verdade, como o herege nasce do santo e o endemoninhado do vidente. Teme, Adso, os profetas e os que estão dispostos a morrer pela verdade, pois de hábito levam à morte muitíssimos consigo, frequentemente antes de si, às vezes em seu lugar. Jorge cumpriu uma obra diabólica porque amava tão lubricamente a sua verdade, a ponto de ousar tudo para destruir a mentira. Jorge temia o segundo livro de Aristóteles porque este talvez ensine realmente a deformar o rosto de toda verdade, a fim de que não nos tornássemos escravos de nossos fantasmas. Talvez a tarefa de quem ama os homens seja fazer rir da verdade, *fazer rir a verdade*, porque a única verdade é aprendermos a nos libertar da paixão insana pela verdade. (ECO, 1992, p. 564)

Quase como um pós-escrito, encontro uma passagem em seu livro *Da árvore ao labirinto*, que acaba de cair em minhas mãos. Ali, Eco atribui a emergência de uma concepção aberta do saber à revolução copernicana, que deslocou a Terra para a periferia do universo. Foi o que obrigou o universo do saber a se esforçar por imitar a forma do universo planetário.

Mas, sabemos, a descentração humana não parou aí. Como em um conto de Jorge Luis Borges, a maquete que pretendesse miniaturizar o mundo teria que ser infinita. Constatamos que conhecemos quase nada, mas, muito rapidamente, passamos do pouco que vai sendo precariamente mapeado, para deduções da totalidade do universo ou da matéria que se sustentam cada vez por menos tempo. Porque, sempre, a realidade se apresenta mais complexa, tanto no infinitamente grande, quanto no infinitamente pequeno. Suas fronteiras se afastam à medida em que instrumentos mais potentes vão perscrutá-las, como o telescópio Hubble ou o acelerador de partículas de Genebra. Daí, a atualidade de metáforas, como rede, teia ou rizoma, que enfatizam concepções não lineares do conhecimento.

Eu havia escolhido como metáfora do modelo-rede o *rizoma* (DELEUZE; GUATARI). Dele, se fornecem tão somente descrições locais; numa estrutura rizomática sem exterior, cada visão (cada perspectiva sobre ele) provém sempre de um ponto que lhe é interno, e, como sugere Rosentiehl, este é um algoritmo míope, no sentido de que cada descrição local tende a uma mera hipótese acerca da globalidade da rede. No rizoma, pensar significa mover-se tateando, ou seja, *conjecturalmente*. (ECO, 2013, p. 63)

Não sei se, ao final, surpreenderia o leitor dizendo que poderia ter escrito um elogio à perfeição. Espero ter deixado claro que não pretendi tomar perfeição x imperfeição como negatividade ou positividade, em si. Entendo-as como polos de uma tensão. Meu discurso foi contra uma ideia de perfeição que se cristalizou como uma armadilha reducionista. Que não leva em conta a advertência de Gaston Bachelard, quando antecipava que “o simples é complexo”, propondo uma epistemologia histórica e setorial.

Por favor, não me perguntem onde está a medida certa entre perfeição e imperfeição. Parece que não está na exatidão da geometria ou nas essências do mundo das ideias. Enquanto o acelerador de partículas e o telescópio Hubble a procuram, temos que aprender a lidar com labirinto aberto que é a vida, sem centro, sem hierarquia, sem possibilidade de dominar o todo, onde só se fala de um ponto de vista local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZAR FILHO, Celso Martins. (2012). *Montaigne: Ceticismo e Educação*. In. OLIVEIRA, Paulo Eduardo de (org.). *Filosofia e educação: aproximações e convergências*. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes.

BACHELARD, Gaston. (1996). *A Formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto.

CALVINO, Italo. (2005). *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2003). *Cidades Invisíveis*. Rio de Janeiro: Ed. Globo.

_____. (2010). *Palomar*. São Paulo: Companhia das Letras.

ECO, Umberto. (1992). *O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira.

_____. (2007) *Uma História da Beleza*. Rio de Janeiro: Editora Record.

_____. (2013). *Da árvore ao labirinto: estudos históricos sobre o signo e a interpretação*. Rio de Janeiro: Record.

FREIRE, Paulo. (1999). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra.

GLEISER, Marcelo. (2010). *Criação (Im)perfeita*. Rio de Janeiro: Record.

HOLANDA, Chico Buarque de. e LOBO, Edu. (2011). *Ciranda da Bailarina*. Rio de Janeiro.

HUXLEY, Aldous. (2009). *Admirável mundo novo*. São Paulo: Globo.

LEMGRUBER, Márcio Silveira e OLIVEIRA, Renato José de. (2011). *Argumentação e Educação: da ágora às nuvens*. In. LEMGRUBER, Márcio e OLIVEIRA, Renato José de. (Orgs.) *Teoria da Argumentação e Educação*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

LEMGRUBER, Márcio Silveira. (2012) *Por que ler Montaigne*. *Educação em Foco*, no. 17 vol. 2, p. 169/187, Jul/Out, Juiz de Fora: Ed. UFJF.

MONTAIGNE, Michel. (1996). *Ensaios*. Vol. 1 e 2. Col.: Os Pensadores. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Editora Nova Cultural.

PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. (1996) *Tratado da Argumentação - a nova retórica*. São Paulo, ed. Martins Fontes. Trad. de Maria Ermantina Galvão G. Pereira.

PERELMAN, Chaïm. (1997) *Retóricas*. São Paulo, ed. Martins Fontes. Trad. de Maria Ermantina Galvão G. Pereira.

_____. (2011) *A filosofia do pluralismo e a nova retórica*. In. LEMGRUBER, Márcio e OLIVEIRA, Renato José de. (Orgs.) *Teoria da Argumentação e Educação*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

TODOROV, Tzvetan. (2009). *A Literatura em Perigo*. Rio de Janeiro: DIFEL.